

16. Patrimônio líquido

	2016	2015
Capital Social		
Capital Subscrito	149.599.063	149.599.063
Capital a Integralizar	-	(387.498)
	149.599.063	149.211.565
Reservas de Capital		
Reserva capital - Parcela redução lucro exploração	8.766.670	4.100.465
	8.766.670	4.100.465
Resultados Acumulados		
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(72.332.320)	(112.939.864)
	(72.332.320)	(112.939.864)
Total	86.033.413	40.372.166

A Companhia constitui reserva de capital referente a parcela de redução do imposto de renda pessoa jurídica, pelo compromisso firmado na concessão do benefício do lucro da exploração, de não distribuir dividendos correspondentes a esta redução, que deverá ser totalmente reinvestida no projeto produtivo da Serabi Mineração S.A.

17. Receitas líquidas de vendas

	2016	2015
Receitas Operacionais		
Receita ouro	165.022.095	108.071.802
Receita cobre	7.107.714	8.682.456
Receita prata	957.159	752.276
	173.086.968	117.506.534
Deduções da Receita		
Custos de tratamento e remessa	(2.591.912)	(9.757.245)
Descontos	(5.789.161)	(668.473)
	(8.381.073)	(10.425.718)
Tributação sobre receita		
CFEM	(1.745.567)	(1.308.598)
Outros impostos incidentes	(99.526)	(32.552)
	(1.845.093)	(1.341.150)
Total	162.860.802	105.739.666

As receitas apuradas referem-se à produção de concentrados de minérios ouro, prata e cobre, e ouro em barra refinados (Bullion), a principal destinação das vendas é o mercado externo, respectivamente para Alemanha e Inglaterra. A principal tributação, a CFEM Compensação Financeira de recursos Minerais, tem aplicação das seguintes alíquotas: Ouro 1%, Prata 0,2% e Cobre 2%.

18. Custo dos produtos vendidos

	2016	2015
Custos de concentrados ouro, cobre e prata	(35.440.164)	(30.558.849)
Custos de ouro e prata refinados	(22.447.833)	(26.633.010)
Custos ouro Bullion	(25.706.620)	-
	(83.594.617)	(57.191.859)

Computam-se aos custos das mercadorias vendidas, os custos diretos e indiretos apurados nos setores produtivos da Mina Subterrânea e Planta de beneficiamento, abrangendo a extração, movimentação, britagem, moagem e processamento do minério com teores de ouro, cobre e prata contidos.

19. Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Gastos com mão de obra	(3.211.506)	(2.396.962)
Contratos serviços, aluguéis	(8.554.456)	(1.595.248)
Gastos com materiais	(47.709)	(81.406)
Combustíveis e energia elétrica	(114.704)	(4.664.884)
Hospedagens e viagens	(1.202.606)	(889.225)
Despesas administrativas	(515.905)	(221.032)
Gastos com geologia	(180.400)	(143.000)
Depreciação e amortização	(18.436.795)	(14.313.401)
Baixa de pesquisas geográficas	-	(1.872.571)
Outros	(1.001.436)	(657.147)
	(33.265.517)	(26.834.876)

20. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2016	2015
Venda Inservíveis, locações equip. geológicos, Sinistros	63.057	2.573
Baixa de ativos por sinistros	57.904	-
Indenizações trabalhistas	(87.779)	(6.369)
	33.182	(3.796)

21. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

	2016	2015
Receitas Financeiras		
Juros ativos	36.139	32.397
Descontos obtidos	96.868	66.021
Varição cambial ativa	30.826.968	17.593.682
	30.959.975	17.692.100
Despesas Financeiras		
Multas e Juros por atraso	(1.836.542)	(388.342)
Despesas e tarifas bancárias	(47.465)	(67.231)
IOF	(50.963)	(2.187)
Varição Cambial passiva	(27.671.089)	(35.600.323)
	(29.606.059)	(36.058.083)
Total	1.353.916	(18.365.983)

22. Imposto de Renda e Contribuição social sobre lucro

	2016	2015
Lucro Líquido Antes IR e CSLL	46.962.223	3.006.507
APURAÇÃO CSLL		
ADIÇÕES DA BASE DE CÁLCULO	24.847.876	36.220.613
EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO	(45.008.924)	(14.544.831)
LUCRO REAL ANTES DA COMPENSAÇÃO	26.801.175	24.682.289
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(8.040.353)	(7.404.687)
BASE DE CÁLCULO - CSLL	18.760.822	17.277.602
CSLL 9%:	1.688.474	1.554.984
(-) CSLL Paga por estimativa	(2.435.442)	(1.258.140)
CSLL a Pagar/(A COMPENSAR)	(746.968)	296.844
APURAÇÃO IRPJ		
Lucro líquido após CSLL e antes do IRPJ	46.962.223	26.237.273
(+) CSLL DEVIDA	1.688.474	1.554.984
LUCRO REAL ANTES DA COMPENSAÇÃO	45.273.749	24.682.289
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(8.040.353)	(7.404.687)
BASE DE CÁLCULO - IRPJ	37.233.396	17.277.602
IRPJ - 15%	2.814.123	2.591.640
Adicional - 10%	1.852.082	1.703.760
IRPJ Devido	4.666.205	4.295.401
(-) Redução 75% - SUDAM - Lucro Exploração	(4.666.205)	(4.100.465)
(-) IRPJ Pago por estimativa	(1.001.702)	-
IRPJ a Pagar/(A COMPENSAR)	(1.001.702)	194.936

A Companhia apurou IRPJ e CSLL, e utilizou-se do benefício lucro da exploração, obtendo redução no imposto de renda 75% dos valores apurados nesta sistemática.

23. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e a Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Instrumentos financeiros não derivativos

	2016	2015
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado menos provisão para redução ao valor recuperável		
Caixa e equivalentes de caixa	1.762.095	1.557.793
	1.762.095	1.557.793
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	10.241.249	7.761.326
Transações a pagar a partes relacionadas	42.106.868	82.101.668
	52.348.117	89.862.994

Gerenciamento de riscos - As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito - A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Risco de liquidez - A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Risco de mercado - Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais - Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios. O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia. A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

24. Seguros - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Aos Administradores e Acionistas da Serabi Mineração S.A. Itaituba - PA.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da Serabi Mineração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serabi Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Ausência de revisão da vida útil - Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado, a Companhia é requerida a proceder a revisão do valor residual de seus ativos e a revisão da vida útil estimada dos mesmos para fins de cálculo da taxa de depreciação a partir de 01 de janeiro de 2010, os quais não foram adotados pela Companhia. Dessa forma, não nos foi possível concluir quanto aos possíveis ajustes e itens de divulgação, se houver, nas demonstrações contábeis apresentadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MG
Francisco de Paula dos Reis Junior - Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - MG
Paulo Eduardo Santos - Contador CRC 1 MG 078750/O-3
Belo Horizonte, 31 de março de 2017.

Ulisses Marcelo de Melo - Diretor Presidente
Paulo Antonio Pereira - Contador - CRC MG 093927

Protocolo: 187648